

A TELEVISÃO CONTRIBUINDO PARA A HISTÓRIA DAS DOENÇAS

Ms. Germana Barata
germana@unicamp.br

*Pesquisadora do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor)
da UNICAMP.*

Resumo

Este trabalho analisa como a Aids divulgada pelo programa *Fantástico*, da Rede Globo de televisão, entre 1983 e 1992. A televisão desempenhou papel chave ao apresentar a doença ao público, muito antes que os governos, profissionais da saúde e pesquisadores tivessem respostas seguras sobre a doença. Foram analisados 26 programas. A Aids encontrou espaço reservado no *Fantástico* que priorizou seus aspectos trágicos, misteriosos, desconhecidos, fatais e anormais, em um primeiro momento, e de esperança, denúncia e alerta, para então tornar-se mais amena e informativa, sem deixar de tocar a emoção do telespectador. Essa estratégia gerou distanciamento entre público e informação.

Palavras-chave: Aids, televisão, divulgação científica, história das doenças

Abstract

This work analyzes how Aids was broadcasted by the program *Fantástico*, from Globo Television Network, between 1983 and 1992. The TV has played a key role since it presented the illness to the public, much before the governments, health professionals and experts had answers about the disease. 26 programs have been analyzed. The Aids was frequently present in the program once it had prioritized its tragic, mysterious, unknown, fatal and abnormal aspects, at a first moment, then hope and denunciation until it got a smooth and informative tone, always touching the viewers' emotion. This strategy has created a distance between public and information.

Key-words: Aids, television, science communication, history of diseases

RICA FONTE TELEVISIVA

Desde que passou a fazer parte da indústria cultural¹, a televisão conquistou um espaço fundamental na sociedade contemporânea, sendo o meio de comunicação mais presente na vida dos brasileiros. Dados de 2004 dão conta que a televisão está presente em 90,3% dos domicílios brasileiros², sendo o principal meio de transmissão de informação entre a população e, portanto, de padrões comportamentais, morais e culturais, funcionando tanto como entretenimento como vitrine para a “realidade”.

Com o enorme investimento e desenvolvimento de tecnologias cada vez mais avançadas, são raros os locais em que a TV não chega. De todas as mídias – incluindo TV por assinatura, rádio, internet, jornal, revista e cinema - a televisão aberta ainda tem a melhor penetração por faixa etária, sexo e classe social³. Sua preferência entre a população fica ainda mais evidente com os dados de 2004 do IBGE que indicam a existência de mais de 4 mil lares no país que possuíam televisão, mas dispensavam o uso da geladeira. Naquele ano, os brasileiros assistiram, em média, 4 horas e 53 minutos de televisão diariamente. Apenas para efeito comparativo, no mesmo período e também em 2005, o tempo de leitura diária de jornais no país não chegou a uma hora⁴. “A TV é um mediador de parte significativa de nossas relações sociais”⁵, resumiu Daniel Piza e a alta exposição ao seu conteúdo, faz dela um importante objeto de estudo sobre essas relações.

Quando se trata da TV, a linguagem visual é o diferencial mais poderoso dentre todos os meios de comunicação, além de dar mais credibilidade e veracidade às informações, carrega consigo símbolos e significados que fazem dela uma grande produtora de mitos⁶. Essa capacidade de disseminar formas simbólicas, via texto e imagem, funciona como sementes ideológicas que são reforçadas na vida cotidiana e podem ser incorporadas nas interações sociais. Os símbolos que aparecem na TV são produzidos por ela, mas também reproduzidos a partir da sociedade, em um processo de retro-alimentação. “A TV só influencia porque é o elo que industrializa a confecção do mito e o recoloca na comunidade falante. A TV não manda ninguém fazer o que faz; antes autoriza, como espelho premonitório, que seja feito o que já é feito”⁷.

Por suas características, a TV tem sido responsável pela maior exposição a informações de saúde e medicina para a população. Não se pode falar de campanhas de saúde sem se planejar uma divulgação via televisão.

No caso da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids), a televisão desempenhou papel chave em sua história, ao apresentá-la à população, em um momento de enorme desinformação, muito antes que os governos, profissionais da saúde e pesquisadores tivessem respostas seguras sobre a doença. Até 1985, a Aids não

foi incluída na agenda governamental brasileira, por ser vista como uma doença de ocorrências isoladas, restrita a segmentos sociais específicos e a partir de então, o Ministério da Saúde, estabelece as diretrizes para o Programa de Controle da Aids.

É justamente a construção de uma realidade social como a Aids que queremos analisar. Se o interesse primeiro da divulgação de uma doença desconhecida e fatal na grande mídia pode estar ligado à prestação de serviço para com sua audiência, não se pode esquecer o caráter comercial das informações, cuja divulgação está ligada ao grau de interesse de seus “consumidores”, neste caso os telespectadores.

A Aids surgiu em 1981 causando mortes, sobretudo, em homens homossexuais nos Estados Unidos. Por ser uma novidade e, portanto, ainda desconhecida dos médicos e pesquisadores de todo o mundo, as primeiras notícias da doença chegaram ao Brasil através das agências internacionais de notícias ou por meio de correspondentes internacionais e foram divulgadas pelos meios de comunicação em massa nacionais. Um ano mais tarde, o Brasil identificaria seus primeiros casos da doença.

Nesse período, os métodos de transmissão da doença ainda eram desconhecidos, mas como a maioria dos casos surgiu entre homossexuais - sendo chamada até de “praga ou câncer gay” - a Aids não era considerada motivo de preocupação entre os heterossexuais. Isso mudaria de figura no final de 1982, quando começaram a surgir os primeiros casos de infecção em hemofílicos, pessoas que se submeteram a transfusões de sangue, consumidores de drogas injetáveis e crianças. Mesmo assim, o noticiário sobre contágio e transmissão entre os homossexuais recebeu mais atenção e pouco comentou-se sobre casos de transmissão heterossexual (França, 2001).

Diferentemente de outras epidemias como a febre amarela, malária e tuberculose, nas primeiras duas décadas em que a Aids surgiu, ela era vista como uma doença democrática, por não se restringir às populações economicamente excluídas. Ao contrário, ela atingiu homens, mulheres e crianças, homo e heterossexuais, ricos e pobres de países de norte a sul do planeta. “Ao atacar primeiro os homossexuais e fechar o cerco nas grandes cidades americanas, o HIV (vírus que causa a doença) mexeu com uma das ‘organizações’ mais poderosas e estruturadas. Mexeu com ricos e informados, com conta bancária e histórico escolar, perfil muito diferente do das vítimas da febre amarela, da malária e da dengue”⁸. Mesmo enfermidades que continuam matando mais, como as centenárias tuberculose⁹ e malária, não receberam nem uma pequena parcela de atenção recebida pela Aids na mídia¹⁰.

Nos primeiros anos da década de 1980, a divulgação das informações sobre a Aids precisou encontrar um equilíbrio entre tratar a questão pelo viés da moralidade - condenando os comportamentos dos grupos mais infectados pelo HIV - e o da saúde pública, procurando garantir aos infectados uma qualidade de vida e tratamento médico. Foi assim que, a mídia se viu diante de um desafio: reportar um novo problema de saúde fatal e desconhecido, de uma forma responsável.

A informação era e ainda hoje é, o maior aliado da prevenção de doenças como a Aids, sendo que “em muitos casos a televisão parece ser mesmo a melhor maneira de atingir grupos sociais com pouco acesso a informações sobre a doença”¹¹. Estimativas do Programa de HIV/Aids das Nações Unidas (Unaid) dão conta de que a conscientização da população pode reduzir 29 milhões dos 45 milhões de novas infecções do HIV até 2014. E são, justamente, as primeiras notícias divulgadas que ajudaram a construir o imaginário da doença na população e moldaram ou reforçaram o comportamento social diante da doença e de seus pacientes.

AIDS E MÍDIA

A Aids foi a primeira epidemia a ser amplamente divulgada pela televisão, conectando o país ao mundo, por meio de seus correspondentes internacionais, reforçando, ainda mais, o sentimento de desproteção e a velocidade de disseminação da doença. Às vésperas de seu surgimento em 1981, a medicina dispunha de métodos bastante eficientes que asseguravam a identificação, melhor compreensão e combate a microorganismos patológicos, diminuindo a incidência de grandes epidemias. Entre os exemplos mais transformadores estão as vacinações em massa, os avanços da bacteriologia, a descoberta da penicilina em 1928 e a erradicação da varíola em 1977. Tinha-se assim uma sensação de controle da ciência sob a natureza.

Médicos e população, em um primeiro momento, resistiram em aceitar a existência de uma nova enfermidade, com tamanho potencial de disseminação e mortalidade. A desinformação inicial não foi exclusividade da mídia. A própria ciência biomédica teve dificuldade em entender os mecanismos de atuação do HIV (retrovírus causador da síndrome), reforçando de início que se tratava de uma doença associada aos homossexuais. Por outro lado, a Aids recolocou em discussão a subjetividade e os limites da distinção entre normal e patológico, extrapolando da seara médica para a de costumes.

Depois do câncer, a Aids foi a doença que mais espaço encontrou na mídia. Ela é, afinal, sexualmente transmissível, principalmente, o que contribuiu para revelar modos de vida antes invisíveis para a sociedade, portanto inexistentes, levando-os à tona, causando desconforto e, conseqüentemente, servindo como forte elemento moralizante. Além disso, o fato dela ter nocauteado um país desenvolvido e de tantas influências políticas, econômicas e culturais como os EUA foi ponto fundamental para sua valorização na mídia nacional.

Não faltam estudos que lidam com a relação mídia-Aids no país, mas eles priorizam a cobertura feita por jornais (Fortes *et al*, 1992; Galvão, 1992; Cortes *et al*, 1994; Biancarelli, 1997; Simões, 1997; Ruon, 2001; Spink *et al*, 2001; França, 2001,

2002; e Soares, 2001), ainda um produto da elite, sendo que Castro (2005) analisou revistas. As análises também costumam se voltar para a área das comunicações e responsabilizar a mídia pela qualidade das informações por ela divulgadas.

Os jornais, apesar do reduzido número de leitores¹², facilitam o acesso do pesquisador ao seu objeto de estudo, uma vez que inúmeros arquivos dispõem de expressivas coleções dos principais jornais distribuídos nacionalmente (gratuitamente ou, por vezes, disponíveis a quem puder pagar pelo seu acesso). Embora seu alcance junto ao público seja menor, as análises da divulgação científica nos jornais tendem a ter mais espaço para informações mais detalhadas e, portanto, podem servir de parâmetro para a comparação com outros veículos.

Trabalhos que tomaram a televisão enquanto meio de divulgação da Aids são escassos e lidam apenas com campanhas de prevenção à doença exibidas durante os intervalos comerciais e não propriamente dentro de programas televisivos (Polistchuck, 1999; Hildebrand, 1995; Contrera, 2002). As campanhas, diferentemente do noticiário, estão voltadas para a prevenção e foram lançadas em 1986, quando o país já tinha construído uma primeira imagem da Aids.

Por sua grande exposição, a TV pode ter influenciado fortemente a maneira pela qual as pessoas lidaram e se relacionaram com a Aids e seus pacientes. Essa construção pode, inclusive, ter contribuído para deixar a população mais ou menos exposta ao risco de contrair a doença, sem querer aqui culpabilizar a TV por uma epidemia, mas, como espelho dos sentimentos de uma época, reveladora do imaginário social, das atitudes dos governantes, cientistas e profissionais da saúde e da própria população.

Nesta análise, optou-se pelo programa semanal *Fantástico* da Rede Globo de televisão, emissora que aos 41 anos de vida lidera a audiência nacional com 51% e detém cerca de 70% da verba publicitária destinada ao setor¹³. Mesmo quanto se leva em conta as outras emissoras disponíveis na TV aberta - SBT, Record, Bandeirantes, Cultura (ou Educativa no restante do país) e a Rede TV! – ou os mais de cem canais ofertados pela TV por assinatura, a Globo concentra a maior audiência. Ela está presente no território nacional por meio de suas 118 emissoras e afiliadas presentes em 5.445 municípios.

A VISÃO DE UM MUNDO *FANTÁSTICO*

O chamado programa-revista *Fantástico* contém os resumos dos principais fatos da semana e, há 33 anos, vai ao ar aos domingos, arrebanhando índices de audiência com média de 22 milhões de espectadores por programa¹⁴. Uma das características mais marcantes desse programa é a valorização de histórias extraordinárias, bizarras e grotescas inspiradas no gênero *fait divers* – originado

na França do século XVIII para contar histórias na forma oral e escrita. “O *fait divers* proporciona assuntos que desviem da norma, levando o público a sentir-se melhor sobre si mesmo e descompromissando o autor da responsabilidade de analisar a história, ou seja, ao narrador cabe o papel de simplesmente mostrar/ contar esta história”¹⁵. Estes quesitos foram plenamente atendidos pela Aids.

“ (...) o *Fantástico* permanece na linha de uma revista feita para agradar os olhos e espírito, colocando o telespectador num mundo ameno, quando muito ameaçador, mas só longinquamente, lá nos Estados Unidos ou na Europa, com temas trazidos pelos correspondentes, onde o que ocorre não significa uma ameaça real”¹⁶.

O objetivo é tocar o espectador pela emoção, seja na comédia, nos esportes, na violência, no estranhamento ou no drama apresentado. Portanto, os elementos cômico e trágico aparecem lado a lado no programa, indo de um a outro, com a mesma facilidade com que vão da ficção à realidade, do entretenimento à notícia. Essas dualidades parecem homogeneizadas aos olhos do telespectador, que identifica a identidade do programa mesmo em meio ao aparente caos de temas que o compõem. Este estado de relaxamento e desobrigação também influencia a maneira pela qual a audiência percebe os temas abordados. Como resultado, minimizam-se os impactos das informações e amplia-se o distanciamento em relação à realidade apresentada. Essa marca do *Fantástico* influenciou o jornalismo como um todo, na lógica de que quanto mais variado em linguagem, temas e tons forem as matérias, maior será o espectro da audiência a ser atingida.

Outra característica importante é que o programa se destacou na divulgação de temas de ciência e tecnologia desde a década de 1970, quando mostrava os avanços dos países desenvolvidos e sempre reservou amplas reportagens à questão da saúde, confirmando a preferência pelo tema também na divulgação científica de jornais e revistas.

Entre os temas científicos mais recorrentes estão: a medicina ou saúde, seguido de viagens espaciais, desenvolvimento tecnológico e indústria. Temas estes que também são predominantes na divulgação científica de jornais (Bauer et al, 1995; Princeton, 1996; Fapesp, 2002; Guimarães, 2001), somados às questões ambientais, geralmente por seu caráter mais prático. Essa preferência é coerente com a imagem que a população tem de ciência, que se traduz em grandes descobertas, avanços técnicos e melhoria da vida humana. Os temas de saúde ficam reservados para o fechamento, em matérias que podem passar de dez minutos de duração¹⁷, ao qual o público é atraído através de repetidas chamadas

para as matérias durante a abertura e os blocos precedentes. No início dos anos 1980, a direção do *Fantástico* resolveu tirar do ar as matérias de doença, criticadas pela imprensa da época, mas “voltaram com tudo em quatro meses, depois da direção da emissora ter recebido o resultado de uma pesquisa confirmando que o público sentia falta das matérias sobre saúde do final do programa”¹⁸.

No mesmo ano em que o *Fantástico* vai ao ar, em 1973, a Globo inaugurou um escritório em Nova Iorque, um ano depois em Londres, mais tarde, em Paris, Portugal e Buenos Aires (1977) e depois em Washington (1982)¹⁹. Com isso, melhorou enormemente o acesso a pautas exclusivas e a fontes de informação no exterior, condição que se revelou oportuna para a cobertura da Aids, uma vez que os primeiros casos oficiais da doença foram reportados nos Estados Unidos, mais especificamente nas cidades de Nova Iorque, São Francisco e Los Angeles.

Santoro avaliou que em grande parte das matérias o *Fantástico* reservava um bom espaço do conteúdo à divulgação de temas de ciência e tecnologia, sendo que a maioria era produzida no exterior, notadamente nos EUA. De um lado, o interesse pela pesquisa norte-americana se justifica por sua tradição em divulgação científica e pelo desenvolvimento de ciência e tecnologia²⁰, mas, por outro lado, o autor chama atenção para o fato das notícias científicas na TV brasileira (e o volume maior está no *Fantástico*) não deverem ser analisadas desvinculadas de seu aspecto político e econômico²¹.

O FANTÁSTICO APRESENTA A AIDS AO PÚBLICO

“Uma doença misteriosa que era totalmente desconhecida há dois anos, segundo as autoridades médicas americanas, transformou-se nos últimos meses na epidemia mais violenta do século. Trata-se da síndrome da deficiência imunológica, ou A-I-D-S. Nos últimos 18 meses cerca de mil pessoas nos Estados Unidos contraíram esta doença, e mais de 500 já morreram”.

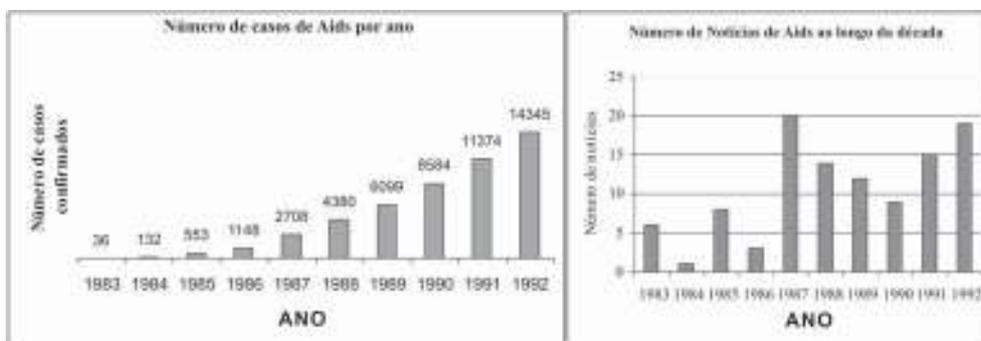
Sob a tensa narração do então correspondente em Nova Iorque Hélio Costa, o programa *Fantástico* apresentou a Aids aos seus telespectadores, em 27 de março de 1983. Durante onze minutos e vinte e cinco segundos, a matéria intitulada *Síndrome da Deficiência Imunológica - Epidemia do Século* deu detalhes sob uma doença então “desconhecida”, “fatal em 75% dos casos nos três primeiros anos”, que “destrói as defesas naturais do organismo” e que “não pode ser detectada por meio de qualquer exame”. As imagens se confundem com as de um filme de ficção científica e terror em que a realidade ali apresentada parece distante do público.

Na pesquisa de mestrado desenvolvida no departamento de história social da USP, sob orientação de Gildo Magalhães, solicitou-se um levantamento ao Centro de Documentação (Cedoc²²) da Rede Globo de televisão sobre as matérias que abordaram a Aids na primeira década em que a doença foi divulgada no *Fantástico*. Através do uso de palavras-chave (*Aids*) foram localizadas 105 matérias, cuja exibição iniciou-se em 1983, estendendo-se até 1992. A análise restringiu-se a 26 programas que priorizaram os aspectos científicos da doença.

As matérias selecionadas somaram 178,08 minutos de duração ou pouco menos de 3 horas, o que equivale a uma média de 7 minutos de duração para cada. A Aids ocupou 20,2% dos programas exibidos na década, indicando uma boa exposição do tema à população, tanto quando se considera o espaço reservado à divulgação científica, à saúde, quanto os requisitos que o tema precisa atender para ser considerado prioritário a um programa semanal.

Os adjetivos usados nas matérias reforçam o gênero *fait divers* do programa: assunto *grave*, doença *misteriosa*, epidemia mais *violenta*, mal *fulminante*, avanço *assustador*, resultado *dramático*, estatísticas *estranhas*, *esperança* na luta, *melhores* perspectivas, apenas para citar alguns. Eles poderão ser identificados ao longo da análise seja para instigar uma atmosfera dramática, caótica, de esperança, alegrias ou medo. O fundamental é tocar a emoção do telespectador e, ao fazer isso, adequa os assuntos relacionados à doença ao perfil do programa. Em outras palavras, não basta que a Aids gere informação para aparecer no programa de domingo da Globo, como ocorre mais frequentemente nos jornais diários. Mas deve haver algum aspecto espetacular, ou pioneiro, dramático, incrível, único, novo, estupefacente, extraordinário, desconhecido, misterioso, entre outros.

Essa análise fica mais clara quando comparamos as taxas de novos casos da Aids durante a década com a distribuição de todos os programas que trataram da doença no *Fantástico* no mesmo período, como mostra os gráficos abaixo.



A cobertura da Aids é bastante desigual ao longo da década, havendo uma incidência menor durante os primeiros 3 anos (1983-1986) e em 1989. A presença de lacunas na cobertura também foi observada por Marques (2001) em relação à atuação do governo diante da Aids quando ela surgiu até a oficialização de uma ação, em 1985, com a criação do Programa Nacional de Aids. De fato é possível observar uma queda brusca na cobertura de Aids pelo *Fantástico* entre 1985 e 1986; mas também há um desinteresse pelo tema em 1984 e entre os anos de 1988 e 1990. Assim, embora os casos da doença estivessem aumentando continuamente no país, o interesse da imprensa não foi proporcional. Assim também observaram Colby e Cook (1991), na cobertura de 3 telejornais norte-americanos analisada entre 1982 e 1989. Eles identificaram três picos de cobertura da doença: 1983, 1985 e 1987, indicando momentos em que a doença passou a ser problema do público geral, evitando assuntos que fossem superficiais para a audiência.

Assim, em 1987, há um pico com 20 matérias. Poderia-se pensar que o fato do governo brasileiro ter lançado no mesmo ano sua primeira campanha nacional contra a Aids e constituir a Comissão Nacional de Aids, fomentaria novas pautas ao programa. No entanto, o que se nota é que grande parte das matérias voltam-se, sobretudo, para os casos pouco usuais da doença, entre eles: a brasileira com um “aidético” norte-americano (18/01/1987 e 15/02/1987); contaminação de 3 enfermeiras com Aids (24/05/1987); “uso de medicamentos não aprovados oficialmente” no tratamento de Aids (28/06/1987); “Aidético será julgado por tentativa de homicídio” (05/07/1987); “Gang da Aids em Florianópolis” (25/10/1987). Em um período em que os conhecimentos biológicos já tinham se ampliado e o conceito de grupos de risco já estava sendo modificado, ou seja, a doença estava se normalizando, há uma tentativa do *Fantástico* continuar priorizando os temas que valorizam o gênero *fait divers*, afastando a questão da realidade vivida pelo telespectador. É como se o medo ali apresentado se confundisse às matérias de ficção que se misturam às de jornalismo dentro do programa.

A música de fundo e a narração estão muito presente nas matérias sobre a Aids. Santoro (1982) já havia apontado que a sonoplastia feita nos enfoques científicos do *Fantástico* “serve exclusivamente para reforçar a tensão do momento, na tentativa de dar à matéria um tom de mistério e suspense, tal qual uma série de ficção científica”²³. Além disso, ela tem a função de indicar previamente qual será a abordagem - por exemplo, incitando medo, mistério, tensão ou esperança - resultado que também é obtido por meio da entonação, tom de voz e as feições dos narradores (Siqueira, 1999)²⁴. A distinção entre ficção científica e notícia científica no programa é difusa e faz com que o público as receba igualmente como um espetáculo.

As imagens da ciência estão exaustivamente presentes: tubos de ensaio, laboratórios, cientistas vestindo o jaleco branco, óculos, estetoscópio, salas com livros, microscópios, imagens de células e bactérias em movimento no microscópio, entre outras. Reforça-se também a qualificação dos cientistas e de suas instituições, de forma a legitimar seu discurso. Características que contribuem para a mitificação da ciência.

Fica clara a crença que o *Fantástico* tem na ciência. Em vários trechos aparecem afirmativas que indicam que a ciência vai resolver o problema da Aids, seja desenvolvendo uma vacina, um tratamento ou encontrando a cura. “Só resta que os cientistas encontrem a cura logo para este mal fulminante”²⁵, afirma Hélio Costa. Outro exemplo se encontra na fala de Robert Gallo, considerado um dos descobridores do vírus da Aids: “na pior das hipóteses as pessoas que já têm a doença poderão ser tratadas, impedindo-se que o vírus se reproduza e se alastre de uma célula para outra”²⁶.

No mundo moderno e tecnológico em que vivemos é comum tomarmos a realidade científica como sendo a verdadeira. Se há o aval da ciência, há então credibilidade. E “o discurso jornalístico, juntamente aos da história e da ciência, se caracteriza pela concepção de que servem à transmissão da verdade”²⁷. Desta forma, pode-se prever que a divulgação de temas científicos no jornalismo tem um peso ainda maior, ou seja, ele é duplamente legitimado, tanto pela voz do jornalista, quanto do cientista, dificilmente dando espaço para questionamentos e dúvida.

A fé no rápido desenvolvimento de uma vacina que vá curar os pacientes de Aids é outro mito muito presente. Ricardo Veronesi²⁸, na época presidente da Sociedade Brasileira de Imunologia, menciona que Robert Gallo já estaria desenvolvendo uma vacina com efeitos positivos e que em um ano a vacina poderia estar à disposição da população. No entanto, omite-se o longo processo de desenvolvimento, testes em animais, humanos e aprovação de vacinas com que a ciência está acostumada a lidar, tudo em prol da fé na ciência para resolver os problemas da humanidade. Em meio a uma atmosfera de medo, ganha o cientista que promove a sua atividade e ganha a emissora que vende esperança ao seu público, que por sua vez ganha um pouco de tranqüilidade. Segue trecho sobre a convicção de Veronesi na ciência:

“Veronesi: O doutor Robert Gallo acabou de me telefonar, ainda ontem, dizendo que em chimpanzés a vacina está funcionando muito bem. Ele já está iniciando as vacinas para experimentação em humanos e vai reportar, agora em fevereiro, no nosso Congresso Nacional em Curitiba, ele irá reportar o resultado desta vacina e o estágio evolutivo que ele já conseguiu.

Repórter: O Senhor acha que essa vacina poderia estar pronta quando?

Veronesi: Bom, acho que no mínimo um ano ainda leva para que ela esteja à disposição”.

Como ocorre na divulgação científica, o jornalista muito mais traduz para o telespectador as informações passadas pelos cientistas do que as questiona. Com sua autoridade científica, os especialistas consultados extrapolam a dita neutralidade e objetividade científica, deixando transparecer seus valores, subjetivos e parciais (Barata & Magalhães, 2005). Assim, tomemos, por exemplo, o depoimento de Bijai Safai²⁹, médico do Memorial Hospital de Nova York. Ele explica que os médicos acreditam que a doença seja transmitida através do contato sexual de homossexuais, agulhas contaminadas e sangue contaminado nas transfusões, e conclui: “se conseguirmos controlar isto, a doença será contida”. Fica assim evidenciado que, no caso dos homossexuais, deve-se controlar sua prática sexual, como se os heterossexuais e bissexuais não pudessem ser afetados. Em nenhum momento se fala sobre métodos de prevenção como o uso de preservativo, que hoje é um dos principais meios de conter a infecção do HIV.

Apesar da informação de que a doença já fora detectada em hemofílicos e crianças³⁰, fica a ênfase da doença relacionada a grupos de risco – homossexuais, principalmente, viciados em drogas injetáveis e refugiados haitianos, a exemplo das informações divulgadas pelos Estados Unidos. No entanto, não aparece qualquer imagem de usuários de drogas ou de “refugiados” haitianos. Reforça-se, assim, a imagem da doença relacionada aos homossexuais, que aparecem como entrevistados ou apenas compondo a seqüência de imagens das matérias. Da mesma forma, vê-se aqui a ausência de qualquer questionamento em relação às possíveis causas de transmissão e, ao dizer “refugiados” haitianos, marca-se a importância do discurso político-ideológico, ou seja, será que o vírus só ataca os refugiados e o deixa de fazer nos imigrantes legalizados? Perde-se, assim, a oportunidade de esclarecer ao público sobre a compreensão da doença.

Outro exemplo aparece em matéria de 07/12/1986 em que o Dr. Walter Belda, professor da USP, informa que, para resolver o problema de contaminação do vírus entre o grupo dos drogados é preciso “tratar este indivíduo, para que largasse de tomar droga”. A sugestão de que a única forma de se evitar a Aids nesse grupo seria evitar o consumo de drogas, resultando em um julgamento moral do seu comportamento, ao invés de se propor o uso de seringas de injeção descartáveis, como seria proposto anos mais tarde.

Como afirma Pierre Bourdieu (1997), a informação televisiva é perecível e, o pouco tempo e a rápida seqüência de informações não permitem tempo para a reflexão, assim, poucos notaram que tantas promessas científicas não se con-

cretizaram ao final do tempo estimado, a exemplo das vacinas que até hoje não foram desenvolvidas ou dos medicamentos que nunca chegaram às prateleiras das farmácias. Quanto às vacinas, ainda não se conseguiu nenhuma que pudesse curar os soropositivos ou prevenir a contração do HIV. No entanto, continuam sendo muito freqüentes as notícias na mídia³¹ que divulgam esperança em vacinas que ainda estão em fase de testes, indicando uma contínua crença na ciência.

Dentro das contradições presentes no *Fantástico* há também a divulgação de importantes informações que contribuem para a desmistificação do cientista/médico, da ciência/medicina, além de tirar o preconceito contra homossexuais e, sobretudo, da Aids. Uma delas aparece justamente na primeira matéria³², quando o programa entrevista Phil Lanzaratta, paciente com Aids. Em nenhum momento menciona-se que ele é homossexual ou questiona-se como teria contraído a doença, indicando aí uma divulgação neutra. No entanto, aparecem imagens dele caminhando na rua ao lado de um outro homem da mesma idade, o que poderia sugerir sua opção sexual ligada ao fato dele ter contraído a doença. Lanzaratta fora também entrevistado em 18 de outubro de 1982 pela rede norte-americana de TV ABC enquanto paciente de Aids, assumidamente homossexual³³. Outro exemplo aparece em entrevista com Valéria Petri³⁴, professora de dermatologia da Faculdade Paulista de Medicina, uma das primeiras profissionais da saúde que diagnosticaram casos de Aids no Brasil. Valéria afirma que “nem o pânico, muito menos o preconceito podem ajudar a resolver um problema inusitado como este”. Esta afirmação será parafraseada na matéria exibida em 05/05/1985³⁵ pelo narrador que diz: “é muito importante também que toda a população esteja informada sobre a doença, para que ela seja combatida sem pânico, com serenidade e que o problema não seja usado para incentivar preconceitos e discriminações contra qualquer grupo”. Mais um exemplo pode ser identificado em 27/03/1983 com o depoimento do Dr. Richard Filick, do Centro de Controle de Doenças de Atlanta (EUA), que informa que a Aids não pode mais ser rotulado como “praga do homossexual”. Da mesma forma, em 26/06/1983³⁶, o narrador afirma que “segundo as estatísticas, até agora, as maiores vítimas são os homossexuais, o que acabou dando margem ao nome popular da doença ‘câncer gay’, uma denominação condenada pelo cientista Albert Sabin; há duas semanas em São Paulo, disse que a doença não é um tipo de câncer e nem atinge apenas os homossexuais”.

Tendo a amostra de 26 programas selecionados ao longo de uma década (1983-1992) foi difícil considerar fases muito bem delineadas, mas, com base na história da Aids e em outros trabalhos que analisaram a presença da doença na mídia, foi possível verificar algumas tendências. A primeira delas estaria localizada entre 1983, quando se iniciam as matérias no *Fantástico*, e 1985, representando uma atmosfera de medo e insegurança em relação a Aids. Trata-se de um

conjunto de matérias que se ancoram na opinião de cientistas para compreender a doença, seus modos de transmissão, sintomas, mecanismo de ação do vírus e grupos de risco. Apesar de enfatizarem o terror e o pânico a Aids aparece como a doença do “outro”, ou do “estrangeiro”, como diria Susan Sontag (1988), já que, sobretudo, os homossexuais norte-americanos e, portanto, não haveria motivos de preocupação para os demais.

Uma segunda tendência inicia-se em 1985, momento em que o governo brasileiro oficializa a criação de um programa nacional voltado para a doença, quando a doença chega ao Brasil e começa a revelar um sistema público deficiente e ineficaz. A terceira e última, localizada a partir de 24/11/1991³⁷, com o anúncio de que Magic Johnson, jogador de basquete norte-americano contraiu o vírus da Aids de uma mulher. Até então, falava-se muito mais da transmissão sexual de homens para homens ou de homens para mulheres ou mesmo entre os usuários de drogas injetáveis ou pessoas que precisaram fazer transfusão de sangue. As notícias mantêm o tom alarmante e pessimista, mas desta vez enfatizando que a epidemia está se disseminando, aproximando-se do espectador e, portanto, muitas das mensagens são transmitidas de forma a culpabilizá-lo pela disseminação da doença, ainda reforçando os chamados grupos de risco, ou aqueles que praticam comportamentos moralmente indesejados: homossexualismo, uso de drogas, prostituição. O discurso científico passa a lidar também com a política: falta de investimentos em pesquisa, equipamentos para hospitais e recursos humanos para tentar conter a doença.

A terceira tendência aparece na década de 1990, quando o discurso sobre a epidemia fica mais ameno, sem alarde, e sugere que a sociedade aprenda a conviver com os portadores do HIV e com a doença da melhor forma possível. Muda o perfil da doença e os heterossexuais e mulheres passam a ser os principais novos casos de Aids. Continua a cobrança de cientistas por mais ação do governo. A população passa a ser consultada sobre sua percepção em relação à Aids, como uma forma preventiva e não mais apenas os ligados diretamente com ela (como médico e pacientes). A expressão “grupo de risco” é definitivamente substituída por “comportamento de risco”. Iniciam-se matérias que se interessam em esclarecer como a população deve agir em relação à Aids, com os temas de comportamento, indicando que definitivamente a doença é problema de todos e veio para ficar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto questão de saúde e interesse público, a Síndrome acaba não sendo diferente de todos os outros produtos-notícias que devem ser vendidos pela

televisão. Para conquistar um espaço no *Fantástico*, a Aids teve que se adequar a três preocupações principais: atrair audiência, preencher os requisitos de atratividade por meio do gênero *fait divers* do programa, e fornecer conteúdo com credibilidade e legitimidade.

Não se pode afirmar, no entanto, que para preencher esses requisitos as informações sobre a doença foram de baixa qualidade, como se costuma dizer sobre o conteúdo televisivo. Isso porque a análise do programa revela um esforço em informar a população sobre as formas de transmissão da doença (sexual e através do sangue, principalmente), as condições precárias do sistema de saúde pública, os serviços para tirar dúvidas sobre a doença, os dados sobre números de casos no país e os tratamentos a que os pacientes da época estavam recorrendo, principalmente àqueles que não eram autorizados e os cuidados que se deveria tomar para usá-los. Apesar disso, há uma combinação com a desinformação, inerente ao período, quando se reforça que a doença é ligada a grupos de risco, especialmente os homossexuais, usuários de drogas (ambos como culpados) e hemofílicos (como vítimas), além de reforçar o preconceito contra os soropositivos mostrando-os como pessoas marginalizadas da sociedade (pacientes aparecem sem rosto ou identidade) e culpabilizá-los pelo seu comportamento, socialmente condenado.

Não é surpreendente a grande participação de cientistas, particularmente médicos, nos programas, uma vez que a Aids é um tema da área de saúde. No entanto, ela está longe de ser uma questão que diz respeito apenas à medicina e à ciência, pois desde os primeiros anos da década de 1980 ela já envolvia a sociedade civil organizada, questões políticas e, mais tarde econômicas. No entanto, o grande número de entrevistas com cientistas, que dominaram a discussão sobre Aids no programa, indica que a imagem da ciência enquanto autoridade e acima de qualquer suspeita foi perpetuada. Não apenas os jornalistas e a TV optaram por enfatizar o discurso científico para legitimar os conteúdos selecionados sobre a doença, mas também e, fortemente, os próprios cientistas.

Por vezes o discurso da imagem se contrapõe ao do texto. Assim, embora seja dito que todos podem potencialmente contrair a Aids, as imagens enfatizam os homens homossexuais como principais contaminados. Fala-se em evitar o preconceito e o pânico, mas as imagens frisam salas de hospitais com aviso de *isolado*, bolsas e seringas com sangue, pacientes são mostrados sem rosto ou identidade, sendo questionados sobre a forma de contração da doença, tudo isso em meio a uma narração com tom grave e com música de causar calafrios. O estabelecimento de uma cena de terror que, embora queira alertar, pode terminar por distanciar o público da realidade apresentada.

A Aids, enquanto questão de saúde e interesse público acaba não sendo diferente de todos os outros produtos que devem ser vencidos pela televisão. Para conquistar um espaço no *Fantástico*, a Aids teve que se adequar ao perfil do programa e ao gosto do público. Assim, pode-se afirmar que a Aids foi priorizada pelos seus aspectos trágicos, misteriosos, desconhecidos, fatais e anormais (em relação ao socialmente aceito), em um primeiro momento, e de esperança, denúncia e alerta, para então tornar-se mais amena e informativa, sem deixar de tocar a emoção do telespectador. Esta estratégia acaba gerando um distanciamento entre público e a informação apresentada. A Aids poderia, assim, ter sido compreendida como trágica, assustadora, destruidora, ameaçadora, mas pertencente a uma realidade bastante distante do cidadão comum. Ao mesmo tempo, as características do programa teriam divulgado a doença pelo apelo imagético e moral que ela suscita, aproveitando para cumprir o papel de prestadora de serviços que o jornalismo possui perante a sociedade, que estava sendo apresentada a uma doença ainda desconhecida. Isso talvez se reflita nas longas reportagens que o programa dedicou à Aids, muitas vezes chegando a 10 minutos e até ultrapassando 17 minutos.

A análise dos programas do *Fantástico* durante uma década permitiram a percepção de fases de construção da doença junto à sociedade muito semelhantes as mencionadas por Charles Rosenberg (1995)³⁸ em relação a história das doenças. Os primeiros anos consistem na negação da epidemia, aqui refletida pela simples ausência do tema no *Fantástico* entre 1981 e 1982. Esta negação é ainda mais forte quando lembramos que a maior parte dos pacientes atingidos pela enfermidade era homossexual, assim, a negação não é apenas em relação à Aids, mas também em relação a eles. A Aids entrou no programa a partir do momento em que deixa de ser uma doença restrita aos homossexuais e passa a representar uma ameaça aos outros grupos da sociedade. Posteriormente, há a necessidade de se explicar a enfermidade moralmente e cientificamente, o que ficou explicitado nos programas que enfatizaram o discurso científico e os pacientes de Aids ou soropositivos. Em seguida, há a tomada de medidas coletivas para o controle da crise, presente nas informações sobre a distribuição da Aids no país, as ações necessárias para combatê-la, as denúncias da incompetência política e as tentativas da ciência em descobrir tratamento e vacinas que poderiam melhorar as condições de vida dos pacientes ou mesmo curá-los. A última fase seria um olhar retrospectivo sobre o episódio para extrair dele lições, em que está presente nas matérias que (des)constróem a expressão “grupos de risco”, os preconceitos e os medos para trazer novos significados e responsabilidades em relação à Aids, expondo-a a qualquer cidadão. Com estas nuances na história da Aids, o discurso científico, que era priorizado, amplia-se e cede espaço para os desdobramentos sociais e políticos.

Embora se tenha pensado que o interesse do *Fantástico* pela doença pudesse diminuir conforme o aspecto misterioso, mortal e inexplicável da doença fosse dando lugar a compreensão e conscientização, o que se averiguou foi que os interesses em relação à Aids foram sendo adaptados, indicando um aumento no número de notícias sobre Aids a partir de 1987.

As metáforas, mitos, estereótipos, estigmas e preconceitos da doença divulgados pelo programa refletem e reforçam o inconsciente coletivo. Assim a Aids é fortemente ligada aos homossexuais, aos usuários de drogas injetáveis, aos hemofílicos e, mais tarde, àqueles que se excedem nas relações sexuais, ou seja, que possui o comportamento de risco. Ela revela, assim, justamente as fragilidades sociais, sendo elas morais ou do sistema político, e que aparecem reproduzidas no *Fantástico*, embora de maneira reforçada. Pode-se entender a disseminação de preconceitos e estigmas em relação aos pacientes soropositivos e a construção da Aids no programa não como produto exclusivo de sua intencionalidade, mas como fruto da sociedade. As inúmeras falas dos cientistas entrevistados, por exemplo, revelam seu importante papel enquanto construtores da realidade ligada a temas científicos. Considerar o cientista não apenas como fonte, mas enquanto “co-autor” desta divulgação merece atenção no campo do jornalismo científico.

A divulgação da Aids não teve sempre efeito moralizante, uma vez que foi possível identificar vários exemplos em que o programa auxiliou na humanização dos pacientes, na compreensão dos processos científicos, na desmistificação da ciência e desvelando os problemas enfrentados por aqueles envolvidos com a questão da Síndrome no país. Mas não se pode esquecer que desempenhou ao lembrar, constantemente, a população de seus deveres morais em frear a epidemia e, especialmente, dos “erros” que os soropositivos teriam cometido para estarem nestas condições.

A mídia, cuja relação de divulgação com a ciência, é tantas vezes problemática, no caso do programa *Fantástico* preencheu algumas lacunas junto ao grande público, mas deixou a descoberto os flancos por onde entram as questões bioéticas, morais e, no final, ideológicas.

Nestes 25 anos de Aids é possível que as gerações pós-início de epidemia e mesmo aqueles que viveram o rebuliço do aparecimento de uma nova ameaça à humanidade, já se acostumaram à situação posta e baixaram as guardas. Esse estado de relaxamento e a falsa segurança podem ser indicativos de que apenas o acesso à informação pode não ser suficiente para modificar atitudes e comportamentos.

O que se vê é um contínuo alastramento da Aids pelo mundo de forma silenciosa. Em 2005, estima-se que cerca de 38.6 milhões de pessoas viviam com o HIV no mundo, sendo que houve mais de 4 milhões de novos casos no mesmo ano

REFERÊNCIAS

- BARATA, Germana e Magalhães, Gil do Santos Filho. *A Construção da Aids no Discurso Acadêmico da Science e Nature, de 1983 a 1985*. 10º Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia. Belo Horizonte, MG. 2005.
- BAUER, Martin; Ragnarsdottir, Asdis; Rudolfsdottir, Annadis e Durant, John. *Science and technology in the British press. 1946-1990: a systematic content analysis of the press*. The Science Museum, London & London School of Economics. London, 1995.
- BIANCARELLI, A. “Doença em foco: as reportagens sobre a Aids publicadas pela Folha de S. Paulo”. In: *Revista USP*, 33: 137-147. 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1997.
- BRITTOS, Valério Cruz e Bolaño, César Ricardo Siqueira. *Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia*. Paulus. São Paulo, 2005.
- BUCCI, Eugênio e Kehl, Maria Rita. *Videologias*. Boitempo Editorial. São Paulo, 2004.
- CASTRO, Paulo César. *A enunciação midiática da sexualidade a partir da Aids: os discursos de Veja e Istoé nas décadas de 1980 e 1990*. Trabalho apresentado no V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação). UERJ, Rio de Janeiro. De 5 a 9 de setembro de 2005.
- COLBY, David C.; Cook, Timothy E. “Epidemics and agendas: the politics of nightly news coverage of Aids”. In: *Journal of Health Politics and Law*, vol. 16, no. 2. 1991.
- CONTRERA, Wildney Feres. *Saindo da toca: um passeio no espaço público*. A publicidade Oficial sobre Aids e o seu impacto comportamental. Dissertação de Mestrado apresentada na Escola de Comunicações e Artes da USP. 2002.
- CORTES, E.; Arce, S.; Coelho, A; Haas, E.; Costa, M.; Madureira, M.; Eksterman, L. & Oliveira, A. *Aids epidemic and mass media in Brazil*. International Conference of Aids, de 7 a 12 de agosto, 10 (2): 360. 1994.
- DELA-SILVA, Silmara Cristina. *A realidade-ficção do discurso televisivo*. Dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista (Unesp). São José do Rio Preto, SP. 2004.
- FAPESP. *Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação em São Paulo – 2001*. São Paulo: Fapesp, 2002.
- FORTES, L.; Cesar, R. & Cortes, E. *The mass media and the Aids epidemic in Brazil*. International Conference of Aids, de 19 a 24 de julho, 8 (2): D477. 1992.
- FRANÇA, Martha San Juan. “A mídia e a divulgação da Aids: a primeira década (1981-1991)”. In: *Ciência & Ambiente*, vol.24. Santa Maria. Julho/Dezembro de 2001.

- FRANÇA, Martha San Juan. *Repensando o modelo para a divulgação científica; a caso da Aids na Imprensa brasileira (1981-2001)*. Dissertação de Mestrado. PUC-SP. São Paulo. 2002.
- GALVÃO, Jane Lúcia Faislon. *AIDS e imprensa um estudo de antropologia social*. Tese de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ. Rio de Janeiro, 1992.
- GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *Produção e circulação do conhecimento: Estado, mídia, sociedade*, vol. I. Editora Pontes. 2001.
- HILDEBRAND, Luci Mary Araujo. *Comunicação oficial brasileira sobre a Aids: um percurso pelas linhas e entrelinhas da telinha da teve*. Tese de doutorado apresentada na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.
- MARQUES, Maria Cristina da Costa. *A emergência política da Aids/HIV no Brasil*. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 2001.
- MESQUITA, Samla. *Fantástico 27 anos no ar: o caleidoscópio da TV Brasileira*. Dissertação de mestrado defendida na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP), 1999.
- NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; Carvalho, Diana Maul de (Orgs). *Uma história brasileira das doenças*. Paralelo 15. Brasília, 2004.
- PEREIRA, Luiz Costa Junior (Org.). *A vida com a TV: o poder da televisão no cotidiano*. Editora Senac. São Paulo, 2002.
- PITTA, Áurea Maria da Rocha. (Org.). *Saúde e comunicação: visibilidades e silêncios*. São Paulo: Editora Hucitec-Abrasco. 1995.
- POLISTCHUCK, Ilana. *Campanhas de Saúde pela televisão: a campanha de Aids da Rede Globo*. Dissertação de Mestrado apresentada na Escola de Comunicação da UFRJ. Rio de Janeiro, 1999.
- PRINCETON Survey Research Associates. *Covering the epidemic: AIDS in the news media, 1985-1996* (online). Menlo Park, CA: Henry J. Kaiser Family Foundation. June 26, 1996. Disponível em http://www.kff.org/archive/aids_hiv/general/psr/toc.html.
- RUON, Patrícia. “A divulgação da Aids e a ética jornalística”. In Loth, Moacir. *Comunicando a Ciência: comunicações científicas apresentadas no 6º Congresso Brasileiro de Jornalismo Científico*, organizado por, pp.303-314. Florianópolis-SC, 2001.
- SANTORO, Luiz Fernando. “Televisão e divulgação científica: um espaço para o Fantástico”. In: *Comunicação e Sociedade*. Ano IV, N. 7, março de 1982.
- SIMÕES, Adriana Machado. *A representação social da AIDS construída a*

partir das informações veiculadas nos jornais diários: análise da cobertura sobre Aids no jornal Estado de Minas. Dissertação de Mestrado apresentada na Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais. 1997.

SIQUEIRA, D. C. O. *A ciência na televisão: mito, ritual e espetáculo*. AnnaBlume, 1999.

SOARES, Rosana de Lima. *Imagens Veladas: Aids, imprensa e linguagem*. AnnaBlume. São Paulo. 2001.

SONTAG, S. *A Aids e suas metáforas*. Companhia das Letras, São Paulo, 1988.

SPINK, Mary Jane P.; Medrado, Benedito; Menegon, Vera M.; Lyra, Jorge & Lima, Helena. “A construção da Aids-notícia”. In: *Cad. Saúde Pública*, vol.17, no.4. Rio de Janeiro. Julho/Agosto, 2001.

THOMPSON, J. B. *Ideology and Modern Culture*. Polity Press. 1996.

UNAIDS – United Nations Programme on HIV/AIDS. *Report on the Global Aids Epidemic*. 2004.

VOGT, Carlos e Polino, Carmelo. *Percepção pública da ciência: resultados da pesquisa na Argentina, Brasil, Espanha e Uruguai*. Editora Unicamp. São Paulo, 2003.

NOTAS EXPLICATIVAS

¹ Thompson, p.97, 1996.

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), 2004.

³ Grupo Mídia Dados 2005, p.36.

⁴ São 47 minutos por dia, durante a semana, e 54 no final de semana, em 2004, e em 2005 este tempo ainda diminuiu para 46 e 51 minutos, respectivamente. Dados do Ibope Monitor disponibilizados pela Associação Nacional de Jornais – Tempo dedicado a ler ou folhear um exemplar de jornal.

⁵ Piza in Pereira Jr (2002), p. 13.

⁶ Bucci e Kehl (2004), p.15.

⁷ Idem, p. 19.

⁸ Biancarelli (1997), p.138.

⁹ Declaração de Rolf Zinkernagel, Nobel de Medicina de 1996, no jornal O Estado de S. Paulo, A22, 8 de junho de 2005.

¹⁰ Biancarelli (1997), p. 144. A pesquisa analisou 7.074 notícias sobre a Aids publicadas no jornal paulista Folha de S. Paulo entre setembro de 1987 a dezembro de 1996. Esse resultado revela uma média de duas matérias por dia ao longo de quase uma década. Segundo o autor do trabalho, apenas em 1996 foram 1550 reportagens que trataram da doença, ou uma média de 4,24 por edição.

¹¹ Arlindo Castro no capítulo intitulado Televisão e Aids: questões para o planejamento in Pitta (1995), p. 168.

¹² Dados do Ibope indicam que apenas 19% dos paulistanos lêem jornal (de abril a junho de 2002).

¹³ Reportagem publicada na revista Carta Capital em 26 de janeiro de 2005.

¹⁴ Dados divulgados pela Direção Geral de Comercialização da Rede Globo para o primeiro semestre de 2006.

¹⁵ Apud Dubied, Annik e Lits, Marc. Extraído de Mesquita, S. Fantástico 27 anos no ar: o caleidoscópio da TV brasileira. Dissertação de Mestrado apresentada na Escola de Comunicações e Artes da USP São Paulo, p.45, 1999.

¹⁶ Artur da Távola para o jornal O Globo (14/11/1979)

¹⁷ Nos telejornais diários uma matéria dificilmente ultrapassa 2 minutos.

¹⁸ Mesquita (1999), p. 100.

¹⁹ Citado em Brittos e Bolaño (2004), p. 217.

²⁰ Os EUA lideram o ranking mundial de maior produção científica, enquanto nação. Em 2004, eles foram responsáveis por 33%, segundo dados do Institute for Scientific Information (ISI).

²¹ Santoro (1982), p. 103.

²² O Cedoc está localizado no Jardim Botânico, Rio de Janeiro, RJ.

²³ Santoro (1982), p. 104.

²⁴ Siqueira, 1999. p. 139.

²⁵ Afirmação do repórter Hélio Costa em matéria de 27/03/1983.

²⁶ Matéria exibida em 05/05/1985 de título Combate a Aids no Brasil e no Exterior

²⁷ Dela-Silva (2004) assim analisou o discurso de telenovelas e telejornais da Globo ao retratar temas científicos, como a clonagem, o uso e tráfico de drogas e a falsificação e contrabando de mercadorias.

²⁸ Depoimento dado em matéria de 07/12/1986 nomeada Rio e São Paulo – Aids no Brasil.

²⁹ A ortografia do nome foi aproximada, uma vez que o nome não apareceu em legenda.

³⁰ Logo na primeira matéria (25/03/1983) cita-se que a doença já foi diagnosticada em crianças, trazendo, inclusive, o depoimento de Joe Harvard, menino hemofílico de 11 anos, que teria contraído a doença por meio de transfusão de sangue contaminado.

³¹ Apenas para citar algumas mais recentes: "Vacina contra Aids é promissora, diz estudo no Brasil", BBC Brasil de 29 de novembro de 2004; "Índia testa vacina contra Aids", revista Galileu de fevereiro de 2005; "Governo de SP recruta voluntários para vacina contra Aids", jornal Estado de S. Paulo de 28 de novembro. Há, no entanto, a proliferação de notícias que abordam as dificuldades de se desenvolver uma vacina em um tom que indica uma melhora substancial na qualidade e responsabilidade da divulgação da Aids e da saúde, em geral.

³² Matéria exibida em 27/03/1983 - Síndrome da Deficiência Imunologia - Epidemia do Século.

³³ Colby e Cook (1991), p. 225.

³⁴ Entrevista em matéria de 26/06/1983 - A Luta contra a Aids - doença que destrói as defesas naturais do organismo.

³⁵ Matéria de título Combate a Aids no Brasil e no Exterior.

³⁶ Matéria de título A Luta contra a Aids - doença que destrói as defesas naturais do organismo.

³⁷ Matéria exibida em 24/11/1991 - As vitórias e as dificuldades no combate da Aids no Brasil (7min 1seg)

³⁸ Rosenberg (1995), Explaining epidemics and other studies in the history of medicine, Cambridge University Press, citado em Nascimento e Carvalho (2004), pp.25-26.